



Governo fecha ano com arrecadação recorde de R\$ 2,65 tri

MPSP denuncia 12 pessoas por ligação com PCC

Página 2

Uma a cada três crianças tem perfil aberto em redes, alerta pesquisa

Página 6

SP já tem mais mortes por febre amarela neste ano do que em todo 2024

No mês de janeiro, três pessoas morreram por febre amarela no estado de São Paulo. O dado foi confirmado pela Secretaria Estadual de Saúde e computa casos registrados até a última sexta-feira (24). Esse número já supera o registrado em todo o ano passado, quando foram confirmados dois casos, com um óbito.

Este já é o maior número de casos desde 2019, quando foram registrados 64 casos autóctones (contraído na própria região onde a pessoa vive) e 12 óbitos em todo o estado paulista.

Ao todo, sete casos de febre amarela em humanos foram confirmados neste ano de 2025, todos no interior paulista. Quatro desses casos foram registrados em Socorro, um em Tuiuti e um em Joanópolis, locais onde está ocorrendo reforço na vacinação e nas ações de saúde. Um outro caso ainda está sob investigação.

Também houve reforço de ações na região de Ribeirão Preto, onde foi detectada morte de macacos em decorrência da infecção. Embora macacos doentes não transmitam a doença, são um indicativo de circulação do vírus.

A febre amarela é uma doença infecciosa febril aguda que é causada por um vírus. Esse vírus é transmitido pela picada de um mosquito silvestre, que vive em zona de mata, e não há transmissão direta de pessoa para pessoa.

Um indicador da presença desses mosquitos transmissores se dá com a morte de macacos, que também sofrem com altos índices de mortalidade quando contaminados. Por isso, o avistamento de macacos mortos deve ser informado às equipes de saúde do município.

Os sintomas iniciais da febre amarela são febre, calafrios, dor de cabeça intensa, dores nas costas, dores no corpo, náuseas e vômitos, fadiga e fraqueza.

A doença pode ser prevenida por meio de vacina, que está disponível gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Desde abril de 2017, o Brasil adota o esquema vacinal de apenas uma dose durante toda a vida, medida que está de acordo com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). A vacina é a melhor forma de prevenção da doença e está disponível em todos os postos de saúde do estado. (Agência Brasil)

Transações por Pix voltam a aumentar na segunda metade de janeiro



Foto: Bruno Peres/ABR

Página 3

Brasil resgata mais de 2 mil trabalhadores submetidos à escravidão

Página 4

Dólar cai para R\$ 5,86 e fecha no menor nível em dois meses

Página 6

Esporte

Felipe Drugovich exalta desempenho positivo em sua estreia nas 24 Horas de Daytona

Com 61 carros e quase 800 voltas, a 63ª edição das 24 Horas de Daytona foi encerrada na tarde do último domingo (26) no Daytona International Speedway, na Flórida, Estados Unidos, e contou com a estreia do brasileiro Felipe Drugovich (Porto | Banco Master | Localiza | Stilo).

“Foi uma experiência incrível, como é de se esperar de uma corrida com 24 horas de duração, seja em Daytona, seja em Le Mans”, disse o piloto de Maringá (PR), que em 2024 fez sua estreia na prova francesa integrando a mesma equipe pela qual competiu nesta semana, a Whelen Cadillac.

Dividindo a pilotagem do Cadillac V-Series.R com o neozelandês Earl Bamber, com o dinamarquês Frederik Vesti e com o inglês Jack Aitken, Felipe Drugovich teve ótima participação em seus “stints” e chegou a liderar a prova durante a noite na GTP, a categoria principal das 24 Horas de Daytona.

“Estava tudo certo com o carro, vínhamos em um bom ritmo, sempre entre os quatro primeiros colocados”, relembra o piloto de testes e de desenvolvimento da Aston Martin na Fórmula 1. “Sabíamos que a corrida ‘começa mesmo’ nas últimas três horas, por isso o importante era atravessarmos bem a noite para termos um carro rápido no final. E estávamos bem encaminhados quanto a isso”, completa.

Porém, uma quebra da suspen-

ção durante a madrugada causou sérios problemas mecânicos no carro, que obrigaram a equipe a fazer reparos ao longo de pelo

menos 40 minutos. Com isso, a equipe perdeu exatas 50 voltas e “deu adeus” às chances de vencer.

“A equipe trabalhou de uma forma fantástica, consertou o carro e voltamos muito bem para a prova”, conta Felipe Drugovich (Porto | Banco Master | Localiza | Stilo). “Mas, infelizmente, já sem nenhuma chance de vitória. Terminamos em 9º, sabedores de que poderíamos ter vencido ou ter conquistado um lugar no pódio”, lamenta.

O balanço final, como piloto, foi positivo para Felipe Drugovich. “Consegui mostrar meu potencial mais uma vez, o que foi muito bom para mim. No geral, estou contente com a minha performance. O resultado, como eu disse, poderia ter sido muito melhor, mas corridas são assim”, finalizou.



Felipe Drugovich

Os bons resultados”, disse Suzuki, que desde o ano passado forma dupla com Felipe Massa.

Em 2024, pela segunda vez consecutiva, Rafael Suzuki chegou à grande final entre os pilotos postulantes ao título, terminando a temporada na sétima colocação com 790 pontos conquistados. Piloto com excelente média de largada em 2024, estando 11 vezes das 12 possíveis no estratégico top-12 - cujas posições se invertem para a corrida Sprint -, Suzuki venceu a etapa inaugural da temporada e ainda foi ao pódio em Interlagos e Cascavel, além de terminar por nove vezes no top-5.

Para Thiago Meneghel, chefe de equipe da TMG, “a briga agora é também pelo título de pilotos

entre as escuderias, piloto e time chegaram a um acordo para a continuidade do trabalho neste ano.

E 2025 será uma temporada ainda mais desafiadora, já que marca o início de uma nova era da Stock Car. Depois de mais de quatro décadas nas pistas, os carros sedãs darão lugar aos SUVs, agora, de três diferentes montadoras.

“Estou muito feliz em dar continuidade ao trabalho na TMG com Thiago (Meneghel) nessa nova era da Stock Car, com este desafio dos carros novos. Acho que é muito importante estar num ambiente entrosado e estou em uma equipe que me recebeu super bem desde a primeira corrida de 2024. Claro que a régua sobe, mas é uma pressão boa de tentarmos manter

Rafael Suzuki e TMG Racing seguem juntos na Stock Car 2025



Foto: Herman Capa

Serão 12 etapas durante o ano

A temporada de 2025 será mais um capítulo da parceria entre o piloto Rafael Suzuki e a

TMG Racing. Após o encerramento da temporada passada, que terminou com a TMG sendo a melhor

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	5,86
Venda:	5,86
Turismo	
Compra:	5,92
Venda:	6,10
EURO	
Compra:	6,12
Venda:	6,12

MPSP denuncia 12 pessoas por ligação com PCC



Foto: Divulgação

O Ministério Público em São Paulo denunciou na segunda-feira (27) à Justiça 12 pessoas por associação com o Primeiro Comando da Capital (PCC). Entre os denunciados estão três advogados e também ex-dirigentes da organização não governamental (ONG) Pacto Social & Carcerário, que foram investigados e presos durante a deflagração da Operação Scream Fake.

A operação Scream Fake (falso grito, em português) foi realizada no dia 14 de janeiro e cumpriu mandados de prisão e de busca e apreensão na capital paulista e nas cidades de Guarulhos, Presidente Prudente, Flórida Paulista, Irapuru, Presidente Venceslau e Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, e em Londrina (PR). Para os investigadores, a ONG que atuava junto a presos e pessoas egressas do sistema prisional funcionava como uma entidade de fachada, dando suporte aos integrantes da facção criminosa.

A investigação teve início há três anos, após um visitante ter

tentado entrar na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau com cartões de memória escondidos nas roupas. Os itens foram apreendidos e analisados, bem como manuscritos de detentos, que apontaram para a prática criminosa de setores do PCC, que eram divididos em núcleos chamados de "gravatas" (advogados), "saúde" e "financeiro". Havia também o setor chamado de "reivindicações" que, segundo as investigações, era responsável por promover manifestações populares

e "denúncias sem fundamento", para desestabilizar o sistema judicial. Era nesse setor que atuava a ONG, convocando manifestações e protocolando ações judiciais, informou a polícia.

O setor de "gravatas" era liderado por advogados, que forneciam assistência jurídica e gerenciavam outras áreas do PCC. O setor "saúde", por sua vez, recrutava médicos e dentistas para prestar atendimento dentro das penitenciárias aos líderes da organização criminosa, sendo pa-

gos com recursos provenientes de práticas criminosas gerenciadas pelo ramo "financeiro".

Durante a operação policial, a Justiça determinou ainda a suspensão das atividades da ONG e a retirada de seus conteúdos das redes sociais. Por meio de nota publicada no dia seguinte à operação, a ONG informou ter sido surpreendida pela ação policial. "É importante esclarecer que a nossa ONG atua de forma transparente e legal, sempre pautada pelo respeito aos direitos humanos e pela busca de soluções para os problemas enfrentados por detentos e suas famílias", escreveu.

Na semana passada, a polícia informou que o material apreendido durante a operação comprovou os vínculos entre a ONG e o PCC. "Com essas novas informações, a investigação confirmou que a ONG em questão foi criada e era mantida pela facção", disse, na ocasião, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado de São Paulo. (Agência Brasil)

Óbitos por dengue chegam a 14 em São Paulo e a 21 no Brasil em 2025

O painel de monitoramento do Ministério da Saúde contabilizou na segunda-feira (27) 21 mortes por dengue no país em 2025, dois terços das quais no estado de São Paulo, onde a secretaria estadual realiza campanha pela vacinação de públicos vulneráveis. A imunização tem tido baixa procura do público preferencial, composto por jovens de 10 a 14 anos.

O acompanhamento mostra pouco mais de 139 mil casos prováveis de dengue registrados no país, sendo 82 mil em

território paulista. São investigadas 160 mortes com suspeita de dengue, 114 em São Paulo. Monitoramento da Secretaria de Saúde do estado registra apenas 7 óbitos dentre 81.950 casos prováveis, enquanto 121 casos estão em investigação.

O governo do estado registra ainda que 37 municípios estão em situação de Emergência em razão da epidemia, estando Jacareí e Mira Estrela, ambos no interior paulista, em Emergência desde janeiro de 2024. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Assim como o engenheiro e vereador Ricardo Teixeira (União) preside o maior parlamento [municipal] brasileiro, o ex-vereador Dissei passa a ser história como o 1º engenheiro a presidir o 1º e maior Tribunal de Contas [do município] do Brasil

PREFEITURA (São Paulo)

Virtual eleito presidente [Câmara Deputados], Hugo Motta (Republicanos PB) saiu [do jantar que selou a eleição] sendo elogiado pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB), que reconheceu o fato do Republicanos não ter exigido ser vice na chapa 2024

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Veteranos ex-deputados e ex-deputadas [além dos veteranos deputados e deputadas que seguem no maior parlamento estadual brasileiro e latino-americano] devem ser lembrados nas comemorações pelos 190 anos no dia 5 fevereiro 2025

GOVERNO (São Paulo)

Tarcísio Freitas (Republicanos) foi recebido [no jantar de antemão] pelo candidato à presidência da Câmara Deputados - Hugo Motta (Republicanos), como se fosse um dos [ainda possíveis] candidatas à presidência [República] nas eleições 2026

CONGRESSO (Brasil)

O médico Hugo Motta (Republicanos PB) entrará pra história como o mais jovem [35 anos] eleito presidente na Câmara Deputados. Será gestor [bilionário] do corpo político de deputados(as), com ações cirúrgicas na composição da mesa diretora

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Um historiador [hoje morando no exterior] enxerga o Lulismo (3) fazendo quase tudo que alçaram antigos políticos ao poder. Pra muitos, chegou o período em que não havia ninguém pra continuar suas histórias [nem nos partidos, nem nos cargos]

PARTIDOS (Brasil)

Donos(as) e sócios(as) preferenciais das principais [agora com o PSDB de fora] legendas brasileiras estiveram no jantar [em São Paulo] pra selar Hugo Motta (no Republicanos ex-PRB) como presidente da Câmara Deputados ... Centrões do Século 21

JUSTIÇAS (Brasil)

Uma das lógicas das guerras de narrativas [não respeito às legislações e tribunais - nacionais e internacionais] segue demonstrando, agora sob o pano de fundo da volta de Trump à presidência dos EUA : "Faça o que eu mando. Não faça o que eu faço"

ANO 33

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ...

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "De repente brilhou uma luz na cela e um anjo do Senhor se colocou ao lado de Pedro! O anjo tocou no lado de Pedro e o acordou. "Depressa! Levante-se!", disse ele. E as correntes caíram dos pulsos de Pedro!" Atos 12:7

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

Educação anuncia novas regras para atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) apresentou novas diretrizes para o atendimento educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). As mudanças têm como objetivo ampliar a oferta de suporte aos alunos, promovendo um ambiente mais inclusivo e que favoreça o desenvolvimento pessoal e a aprendizagem de cada estudante.

A partir deste ano, o atendimento será realizado pelos Profissionais de Apoio Escolar para Atividades Escolares (PAE-AEs), cuja função será ajustada conforme o grau de suporte necessário aos estudantes. As novas regras permitem um modelo mais dinâmico e abrangente, garantindo suporte pedagógico e respeitando as individualidades de cada aluno.

Esses profissionais serão direcionados ao atendimento dos estudantes com TEA a partir de três classificações:

Grau 1: um PAE-AE poderá atender até cinco estudantes com grau de suporte nível 1, mesmo que eles estejam em turmas diferentes.

Grau 2: um PAE-AE poderá atender até três alunos na mesma sala. Caso haja alunos de grau 1 na mesma turma, o profissional poderá apoiar três estudantes de grau 2 e até dois de grau 1.

Grau 3: na terceira classificação, um PAE-AE poderá atender até dois estudantes com grau de suporte nível 3, desde que estejam na mesma turma.

Até 2024, o acompanhamen-

to desses estudantes era feito por professores auxiliares de sala.

O secretário executivo da Educação de SP, Vinícius Neiva, explica que nenhum aluno ficará desassistido e não haverá demissão de profissionais. "Não haverá retirada de profissionais, muito pelo contrário, a gente está acrescentando recursos, acrescentando profissionais para que o aluno continue sendo atendido, continue aprendendo e a gente desenvolvendo a autonomia dele também". Reforçou.

Os docentes nessa posição que não forem reconduzidos à função de PAE-AE poderão optar por atribuir aulas em outras funções ou ainda atuar como professores eventuais da rede — aqueles que substituem docen-

tes ausentes —, conforme cronograma de cada uma das 91 diretorias regionais de ensino do estado.

Compromisso com a inclusão e investimentos

Além dos PAE-AE, todos os alunos continuarão a ser acompanhados por equipes pedagógicas compostas por professores especializados em educação especial e outros profissionais da escola.

Para apoiar essa iniciativa, a Seduc-SP fará um investimento adicional de R\$ 135 milhões à educação especial, que será utilizado na contratação de novos profissionais, melhorias na acessibilidade das escolas e projetos de qualificação para os educadores. (Governo de SP)

Governo anuncia reativação da Câmara Setorial de Açúcar, Etanol e Bioenergia na Coopershow

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo anunciou a reativação da Câmara Setorial de Açúcar, Etanol e Bioenergia, na terça-feira (28), durante a cerimônia de abertura da 18ª Coopershow, em Cândido Mota, no Vale do Paranapanema.

Após três anos em processo de transição, a Câmara Setorial do setor sucroenergético foi reaberta com um plano de ação em prol do avanço da cadeia produtiva da cana-de-açúcar paulista. Com iniciativas amplas de governança, políticas públicas, sustentabilidade e inovação tecnológica, com um foco especial na reestruturação do Programa Etanol Mais Verde, o objetivo é colocar SP, líder nacional na produção de cana e seus derivados, na vanguarda do setor.

"Estamos há três anos trabalhando com o setor para essa indicação, que representa um marco na governança do setor sucroenergético. A estruturação de um plano setorial sólido, como este apresentado, demonstra o compromisso com a sustentabilidade e a competitividade, características que refletem a força da maior cadeia produtiva do estado e uma das mais influentes do país e do mundo", destacou o secretário de Agricultura e Abastecimento, Guilherme Piai.

A Secretaria de Agricultura deu posse ao novo presidente da

Câmara Setorial de Açúcar, Etanol e Bioenergia, Bruno Garcia, representando a Orplana. Bruno, também presidente da Assocana, assume a liderança do colegiado em um momento estratégico, com a missão de conduzir a cadeia produtiva no processo de transição energética e na implementação de medidas sustentáveis e inovadoras. A câmara é um fórum permanente entre setor privado e público, apoiado pela Secretaria Estadual de Agricultura.

O plano estratégico da Câmara, que orientará as ações para os próximos anos, inclui iniciativas amplas de governança, sustentabilidade, modernização tecnológica e fortalecimento institucional, com destaque para a reestruturação do Programa Etanol Mais Verde, fundamental para promover práticas sustentáveis, prevenir incêndios e ampliar a regularização ambiental por meio de ferramentas como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA).

"O plano setorial para o desenvolvimento da cadeia produtiva é muito bem estruturado e reflete a força de uma das cadeias produtivas mais robustas do mundo. Essa transição de liderança marca um novo ciclo de integração e inovação, essencial para fortalecer ainda mais o setor no cenário global", acrescentou

José Carlos de Faria, coordenador das Câmaras Setoriais.

O setor da cana bateu recorde na balança comercial do agronegócio paulista em 2024 com 40,1% de participação nas exportações, totalizando R\$ 74,16 bilhões, de acordo com os dados consolidados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA-Apta), da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), órgão da SAA.

Na safra 2023/2024, São Paulo respondeu por 54% da cana-de-açúcar processada no país, gerando 62% da produção nacional de açúcar e 38% de etanol. O território paulista conta com 143 unidades produtoras em atividade, de um total de 345 no país. O setor produtivo gera mais de 280 mil empregos formais, sendo cerca de 850 mil pessoas empregadas de forma indireta pela cadeia da cana.

Os derivados da cana-de-açúcar são a principal fonte de energia renovável do estado de São Paulo, responsável por 36,6% da oferta interna bruta de energia do estado. Essencial para a descarbonização da economia paulista, o conjunto biogás/biometano encontra no setor sucroenergético o seu maior potencial de aproveitamento energético. Além de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, melhora a gestão de resíduos sólidos ur-

banos e industriais e podem substituir o diesel e o gás natural veicular (GNV), um combustível mais barato e limpo, que ainda emite menos carbono.

A 18ª Coopershow ocorre de 28 a 31 de janeiro de 2025 em Cândido Mota (SP) e conta com a participação de engenheiros agrônomos, extensionistas, industriais do setor mandioqueiro e produtores. Na edição anterior, em 2024, a feira alcançou cerca de 23 mil pessoas e 200 expositores em quatro dias de evento.

A Apta Regional e o Instituto Agrônomo (IAC-Apta), juntamente com os técnicos da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) e da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), ligados à SAA, estarão presentes no evento reforçando o compromisso com a disseminação de informações e pacotes tecnológicos para o setor agropecuário.

Além da reativação da Câmara Setorial, a gestão paulista já anunciou outras medidas para o setor sucroenergético, como procedimentos para licenciamento ambiental visando facilitar a geração de biogás e biometano nas propriedades agrícolas, a sanção do projeto de isenção de IPVA para veículos híbridos flex e a criação da Coordenadoria de Transição Energética. (Agência Brasil)

Carnaval paulistano terá mais de 800 desfiles oficiais de blocos

A prefeitura de São Paulo confirmou a previsão de 860 desfiles para os oito dias oficiais do carnaval na cidade. O município aceitou a inscrição de 767 blocos, que começarão os festejos de

momo no pré-carnaval, nos dias 22 e 23 de fevereiro.

Segundo a SPTuris, empresa municipal responsável pela organização da festa, é o maior número de blocos já permitido desde

que a prefeitura passou a organizar os festejos, superando os 644 blocos inscritos em 2020.

A retomada após a pandemia contou com 475 inscritos em 2023 e 579 em 2024. A estimativa de

foliões é de 16 milhões de pessoas. As descrições e os trajetos dos blocos devem ser publicados nos próximos dias, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. (Agência Brasil)

Governo fecha ano com arrecadação recorde de R\$ 2,65 tri

A arrecadação do governo federal fechou o ano em R\$ 2,709 trilhões, informou na terça-feira, (28) a Receita Federal. É o maior valor registrado na série histórica, iniciada em 1995. Descontada a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o arrecadado ficou em R\$ 2,653 trilhões, o que representa um crescimento real de 9,6% em 2024, na comparação com o ano anterior.

Segundo a Receita, o aumento decorreu principalmente da expansão da atividade econômica que afetou positivamente a arrecadação e da melhora no recolhimento do PIS/Cofins (Programa de Interação Social/Contribuição para o Financiamento da Se-

guridade Social) em razão do retorno da tributação incidente sobre os combustíveis, entre outros fatores.

Em entrevista coletiva para apresentar os dados, o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, destacou o aumento na atividade econômica entre os fatores para o resultado.

“Os grandes números refletem os resultados importantes da política econômica nos últimos anos, da reativação da economia que vimos no ano passado e que resulta nesse resultado espetacular. Tivemos a reativação de setores inteiros da economia que, com esse aquecimento, voltaram a recolher valores relevantes de

tributos. A mínima histórica do desemprego no Brasil, o grande aumento da massa salarial, que têm papel importantíssimo na arrecadação de 2024”, disse o secretário.

Também contribuíram para a arrecadação recorde o crescimento da arrecadação do Imposto de Renda (IRRF Capital) sobre a tributação de fundos e o desempenho do Imposto de Importação e do IPI vinculado à Importação, em razão do aumento das alíquotas médias desses tributos.

“Esse resultado reflete uma Receita Federal menos repressiva e mais orientadora do contribuinte, atuando na desoneração do pequeno contribuinte, do empresário produtivo e focando a

fiscalização e arrecadação naqueles que antes não contribuíam com uma parcela justa, especificamente nas grandes rendas passivas no Brasil, na tributação dos super-ricos”, afirmou. “Trabalhamos para trazer para a tributação aqueles que não estavam, trazer para a tributação aqueles com patrimônio de centenas de milhões de reais em fundos fechados, em outros países, e que nunca recolheram”, acrescentou Barreirinhas.

No ano passado, os principais indicadores apontaram para um bom desempenho macroeconômico do setor produtivo. A produção industrial teve crescimento de 3,22%; a venda de bens, 3,97%; e a venda de serviços, 2,9%. O

valor em dólar das importações teve resultado positivo de 8,65% e o crescimento da massa salarial ficou em 11,78%.

Entre os tributos, a arrecadação da Cofins/PIS-Pasep somou R\$ 541,743 bilhões, um aumento de 18,6% em relação ao ano de 2023. As contribuições previdenciárias fecharam em R\$ 685,012 bilhões, crescimento de 5,34% em relação a 2023; Imposto sobre Importação e IPI-Vinculado, com arrecadação de R\$ 109,608 bilhões, aumento de 33,75% na comparação com 2023.

O IRRF-Rendimentos de capital fechou o ano passado com arrecadação de R\$ 146,539 bilhões, crescimento de 13,12%. Já o Imposto sobre a Renda da Pes-

soa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) arrecadaram R\$ 502,720 bilhões, alta de 2,85%.

No recorte setorial, as maiores altas nominais de arrecadação em 2024 se deram nas áreas de comércio atacadista, que recolheu R\$ 171,285 bilhões; entidades financeiras, R\$ 288,621 bilhões; combustíveis, R\$ 105,354 bilhões; atividades auxiliares do setor financeiro, R\$ 86,044 bilhões; e fabricação de automóveis, com R\$ 63,907 bilhões.

O resultado da arrecadação também foi positivo em dezembro do ano passado, ficando 7,78% acima da inflação e recolhendo R\$ 261,265 bilhões. (Agência Brasil)

Demanda por mão de obra segue aquecida na construção civil

Balanco das indústrias de construção civil indicou 2024 como um ano em que a mão de obra foi fator decisivo para o aumento de custos no setor. Esses custos acumularam crescimento de 6,54% no ano passado, segundo o Sinduscon-SP, sindicato patronal das empresas paulistas. O destaque foi o aumento nos gastos com trabalhadores que, segundo a entidade, acumularam aumentos de 8,56%, enquanto materiais e equipamentos aumentaram 5,34% e serviços tiveram acréscimos de 3,66%. O Custo Unitário Básico (CUB) representativo da construção paulista (R8-N) ficou em R\$ 2.039,53 por metro quadrado em dezembro. Em 2023 o aumento acumulado foi de 3,49%.

A expectativa para 2025 é de novas elevações, pois tanto o custo de mão de obra quanto a pressão com o aumento de preços são considerados como certos pelo empresariado. Para materiais e equipamentos a pressão inflacionária virá da manutenção

de taxas de juros elevadas, que também dificulta a tomada de crédito para a compra de imóveis, e no aumento de custos de materiais tabelados internacionalmente, como o aço, que tem seu preço fixado em dólar e demanda crescente em todo o mundo.

A questão trabalhista, por sua vez, tem dois fatores maiores de pressão: a carreira não consegue atrair jovens e há dificuldade para garantir a formação técnica adequada. O piso da categoria, para a função de servente, varia entre o salário-mínimo e um salário mínimo e meio, sendo alta a incidência de contratos por produtividade no setor, medida criticada pelo sindicato dos trabalhadores.

“Tais pagamentos não são formalizados no holerite (contracheque) e, mais grave, não têm o devido recolhimento de FGTS e INSS, o que configura prática ilegal. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil (Sintracon-SP) reconhece que a falta de mão de obra quali-

ficada contribui para que os empregadores recorram a esses pagamentos extras. Contudo, é importante ressaltar que esses valores não têm respaldo legal, o que dificulta a fiscalização e prejudica os direitos dos trabalhadores”, informou o sindicato por meio de nota à Agência Brasil. Segundo os representantes, o aumento do custo de mão de obra não tem se traduzido em valorização dos trabalhadores, e “a valorização real da categoria deve ocorrer com a garantia de direitos e cumprimento da legislação trabalhista”.

Para David Fratel, coordenador do grupo de trabalho de Recursos Humanos do Sinduscon-SP, o segmento enfrenta falta de mão de obra e um problema de envelhecimento crônico, com a idade média dos trabalhadores em 42 anos, quando a produtividade começa a cair, justamente em um momento de demanda elevada.

Isso se agrava com a dificuldade de atrair trabalhadores que

estão ingressando no mercado e não querem investir em formação para tentar posições como pedreiro e carpinteiro, que podem oferecer ganhos acima de R\$ 10 mil, ainda que nas modalidades de contrato criticadas pelo sindicato dos trabalhadores.

Uma alternativa, informou Fratel, virá por meio do fórum permanente de negociações das entidades, do qual se espera um plano de carreira e salários padronizado ainda neste ano. “A construção civil está mudando para se adaptar a esse jovem, inovando e dando estabilidade aos trabalhadores, para se adaptar e atrair”, explicou o gestor. Entre as iniciativas estão cursos em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), já realizados pelas construtoras, e uma parceria com a Secretaria Estadual de Educação, que levará cursos profissionalizantes para o ensino médio da rede pública e tem previsão de formalização este ano, completo. (Agência Brasil)

Transações por Pix voltam a aumentar na segunda metade de janeiro

Após a onda de fake news de uma falsa taxaço do Pix, o volume de transações voltou a aproximar-se da média histórica na terceira semana de janeiro. Dos dias 16 a 27 deste mês, o número de transferências totalizou 1,923 bilhões, alta de 0,24% em relação aos mesmos dias de novembro, segundo as estatísticas do Sistema de Pagamentos Instantâneo (SPI) do Banco Central (BC).

O levantamento vai do dia seguinte à revogação da norma que modernizava a fiscalização do Pix e de outros tipos de transferências financeiras até a segunda-feira (27). Por causa de uma onda de desinformação, que acarretou fraudes, como falsos boletos de cobrança de impostos e crimes à ordem econômica, como cobrança de preços diferenciados entre Pix e outras modalidades, a Receita Federal cancelou a instrução normativa que tinha entrado em vigor em 1º de janeiro.

Em relação a dezembro, o volume de transferências via Pix caiu 13,1% na comparação entre os dias 16 e 27. No entanto, o último mês do ano historicamente tem um pico de transfe-

rências por causa do pagamento do décimo terceiro salário, das compras de Natal e das férias de fim de ano. Dessa forma, o padrão histórico mais apropriado de comparação é com o mesmo período de novembro.

A onda de mentiras sobre o Pix que circulou na primeira quinzena de janeiro fez o volume de transações cair 13,4% de 1º a 15 de janeiro em relação a dezembro. Na comparação com o mesmo período de novembro, o recuo chegou a 6,7%. Se considerar o período entre 1 e 14 de janeiro, a queda chega a 15,7% em relação a dezembro e a 7,9% em relação a novembro.

Além de revogar a norma, o governo editou uma medida provisória que reforça a isenção de impostos e o sigilo bancário sobre o Pix, princípios já garantidos pela Constituição. A MP também proíbe a cobrança de preços diferenciados pelo comércio para transações via Pix. Embora a Receita Federal tenha esclarecido que a instrução normativa não acarretaria cobrança de impostos pelo Pix, o crescimento na circulação de fake news sobre o tema forçou o cancelamento das novas regras. (Agência Brasil)

Governo do Estado inicia processo de contratação do mapeamento aéreo do Paraná

O Governo do Estado deu início ao processo de levantamento aéreo do Paraná. O Instituto Água e Terra (IAT) lançou neste mês o edital de licitação para a contratação dos serviços de engenharia cartográfica para a confecção de uma radiografia completa do território estadual. O orçamento é de R\$ 120,3 milhões e busca mapear, por meio de imagens fotogramétricas de alta resolução, toda a extensão do Estado com o objetivo de otimizar atividades como as de fiscalização ambiental, planejamento urbano, licenciamento e obras públicas, entre outros.

Esse tipo de levantamento é feito com aeronaves que, muni-

das de lentes de precisão e radares, sobrevoarão todo o território paranaense para capturar imagens de alta qualidade, em escala 1:10.000, cinco vezes mais nítidas do que as utilizadas atualmente. O mapeamento utilizado hoje é de um estudo realizado em 2011 pela Companhia Paranaense de Energia (Copel). O IAT é vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Sustentável (Sedest).

“É um grande avanço para o Paraná o desenvolvimento desse projeto, mais uma resposta para o Governo traz para a gestão ambiental, com o benefício direto de diferentes áreas da administração pública. Outras secretarias necessitam desse tipo de

planejamento para responder melhor às suas iniciativas, seja na logística, no meio ambiente, na engenharia ou em diferentes outros setores”, afirmou o secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável, Everton Souza.

A expectativa é que, a partir do encerramento do processo licitatório, o mapeamento tenha início ainda no primeiro semestre deste ano. O prazo estipulado para a conclusão é de 24 meses.

“Vamos dotar o Paraná de uma ferramenta de planejamento para diversas áreas do Governo, seja ambiental, de infraestrutura, logística e educacional”, destacou o diretor da Diretoria de Gestão Territorial do IAT, Amílcar Cabral.

“Todos os eixos do Estado vão se beneficiar dessa ferramenta para o gerenciamento das ações das suas secretarias. Além disso, haverá impacto também na iniciativa privada, visto que o levantamento será público”, acrescentou.

As imagens do território paranaense utilizadas atualmente estão em escala 1:50.000, o que significa que cada unidade mostrada na imagem é referente a 50 mil unidades reais. Com o novo levantamento, cada unidade na imagem representará apenas 10 mil unidades reais, otimizando em cinco vezes a resolução e permitindo uma análise bem mais detalhada da topografia do Paraná. (AENPR)

Conab estima queda na produção de café com 51,8 milhões de sacas

A produção total estimada para a safra de café beneficiado brasileiro este ano é de 51,8 milhões de sacas, o que, se confirmado, representará uma queda de 4,4% na comparação com a safra anterior. O 1º Levantamento de Café - Safra 2025 foi divulgado na terça-feira (28) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O gerente de Acompanhamento de Safras da Conab, Fabiano Vasconcellos, explica que essa queda é reflexo de toda uma conjuntura climática observada desde 2021 no país.

“Esse é o primeiro resultado da previsão da safra de café de 2025. A Conab monitora a safra cafeeira e divulga quatro estimativas ao ano. Esse resultado tem como tônica o reflexo, ainda, do clima em 2021, em 2023, e em parte de 2024. Ela se ainda se mostra uma safra desafiadora”, disse Vasconcellos.

De acordo com a Conab, a produtividade foi prejudicada por fatores como altas temperaturas e restrição hídrica durante as fa-

ses de floração, o que deve resultar em uma colheita média de 28 sacas por hectare, o que corresponde a uma redução de 3% na comparação com 2024.

O resultado deve ser negativo mesmo havendo crescimento de 0,5% na área total destinada a cultivo de café no Brasil, que ficou em 2,25 milhões de hectares, sendo 1,85 milhão para produção e 46 mil hectares para formação.

“Para o café arábica, a estimativa aponta uma produção de 34,7 milhões de sacas, uma queda de 12,4% em relação ao ano anterior. Esse desempenho reflete o ciclo de baixa bionalidade e as adversidades climáticas, especialmente em Minas Gerais, maior produtor do país, onde a redução foi de 12,1%”, informou a Conab.

No caso do café conilon, a estimativa da Conab é de uma produção totalizada em 17,1 milhões de sacas. Se confirmado, o resultado representará, segundo a Conab, um “crescimento expressivo” de 17,2%. (Agência Brasil)

Matrículas pelo Sisu 2025 são prorrogadas até a próxima segunda-feira

O Ministério da Educação (MEC) prorrogou para o dia 3 de fevereiro o período de matrículas ou registro acadêmico nas instituições públicas de ensino superior pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2025. A data divulgada anteriormente para término das inscrições era dia 31 de janeiro.

Na segunda-feira (27), com um dia de atraso, o MEC divulgou no Portal Único de Acesso ao Ensino Superior, na parte do Sisu o resultado dos selecionados para a primeira chamada regular do Sisu 2025. Inicialmente, conforme o edital do processo seletivo de 2025, o resultado estava previsto para ser libera-

do no domingo (26).

O Ministério da Educação ainda não divulgou as novas datas das próximas etapas do processo de seleção. Entre elas, o novo período de manifestação de interesse na lista de espera por uma vaga pelo candidato que não foi selecionado na chamada regular; e a nova data de convocação dos selecionados pela lista de espera.

A lista de espera poderá ser usada pelas instituições de educação superior participantes, durante todo o ano, para preenchimento das vagas eventualmente não ocupadas na chamada regular.

A retificação do edital po-

derá ser publicada em edição extra no Diário Oficial da União.

Nesta primeira edição do ano, o programa gerido pelo MEC ofertou 261.779 vagas para 6.851 cursos de graduação/em/124/instituições/públicas de ensino superior/do/país.

Sisu

Desde 2010, o Sisu reúne as vagas ofertadas por instituições públicas/de/ensino/superior/de/todo/o/Brasil, que participam/do/processo seletivo vigente.

A maioria das instituições participantes são da rede federal de ensino superior, com destaque para universidades e ins-

titutos federais.

O programa do governo federal tem o objetivo de democratizar o acesso às instituições públicas de ensino superior no país.

A seleção dos estudantes é feita com base na média das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do ano anterior, respeitando o limite de vagas disponíveis para cada curso e modalidade de concorrência.

Para saber mais a respeito do sistema, o estudante pode entrar em contato com a instituição. Para outras dúvidas, o telefone de atendimento do MEC: 0800 61 61 61. (Agência Brasil)

Brasil resgata mais de 2 mil trabalhadores submetidos à escravidão

O Ministério do Trabalho e Emprego realizou, ao longo de todo o ano de 2024, 1.035 ações fiscais de combate ao trabalho análogo à escravidão. As operações resultaram no resgate de 2.004 trabalhadores submetidos a condições degradantes, assegurando o pagamento de R\$ 7.061.526,03 em verbas trabalhistas e rescisórias.

Em nota, a pasta informou que o combate ao trabalho escravo, no ano passado, alcançou, ao todo, 5.741 trabalhadores, incluindo aqueles cujos direitos, mesmo não caracterizados como situação de trabalho escravo contemporâneo, foram verificados e assegurados pela atuação dos auditores fiscais do trabalho.

As áreas com maior número de trabalhadores resgatados foram construção de edifícios (293), cultivo de café (214), cultivo de cebola (194), serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita (120) e horticultura, exceto morango (84).

“Esses dados revelam um crescimento significativo no número de trabalhadores resgatados em áreas urbanas, que representaram 30% do total de trabalhadores em condições análogas

à escravidão identificados em 2024”, destacou o ministério.

Trabalho doméstico

No âmbito doméstico, a inspeção do trabalho realizou 22 ações fiscais específicas em 2024, resultando no resgate de 19 trabalhadores.

Ações de fiscalização

Os estados com maior número de ações fiscais ao longo de 2024 foram São Paulo (191), Minas Gerais (136), Rio Grande do Sul (82), Paraná (42), Espírito Santo e Rio de Janeiro (ambos com 41 cada).

Quanto ao número de resgatados, os destaques foram Minas Gerais (500), São Paulo (467), Bahia (198), Goiás (155), Pernambuco (137) e Mato Grosso do Sul (105).

No combate ao trabalho análogo à escravidão, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel conta com a participação da Inspeção do Trabalho, que coordena as ações.

“Quando nós vamos ao campo de resgate das vítimas, a gente apoia, em conjunto com outras instituições, como o Ministério Público de Trabalho, o Ministé-



Foto: MP/Divulgação

rio Federal, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União, a Polícia Rodoviária Federal”, explicou o coordenador-geral de Fiscalização para Erradi-

ção do Trabalho Análogo ao de Escravizador e Tráfico de Pessoas do ministério, André Espósito.

“A partir da identificação e

resgate das vítimas, a gente tem o acionamento de toda uma rede depois para o pós-resgate, para o momento seguinte da vítima, para o acolhimento institucional em referência a outras políticas públicas.”

Todo trabalhador resgatado por um auditor fiscal do trabalho tem, por lei, direito ao Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado, pago em três parcelas no valor de um salário-mínimo cada. O benefício, somado à garantia dos direitos trabalhistas cobrados dos empregadores, busca oferecer condições básicas para que o trabalhador possa recomeçar.

“Hoje, a gente é reconhecido

internacionalmente e formalmente pela ONU [Organização das Nações Unidas], pela Organização Internacional do Trabalho, como modelo de boa prática para a execução de política pública de erradicação do trabalho escravo.”

“Então, a gente realmente está longe de precisar inventar a roda, em termos de desenho de política pública, porque a gente precisa manter e reforçar os esforços que estão sendo feitos, que têm dado resultados importantes para os esforços de erradicação e para o atendimento e garantir direitos às vítimas”, concluiu Espósito. (Agência Brasil)

Índice sobre direitos LGBTQIA+ traz falhas em segurança e participação

O Brasil precisa ampliar a participação social em espaços de debate e decisão sobre pautas LGBTQIA+. Outras demandas são a proteção desse grupo populacional diante de agressões que podem resultar em homicídios e a implantação de ações específicas dentro do ambiente escolar.

Essas são algumas das conclusões detalhadas pelo Índice de Monitoramento dos Direitos LGBTQIA+ no Brasil, lançado nesta terça-feira (28), pelo Instituto Matizes. A ferramenta foi desenvolvida com o apoio do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Equal Rights Coalition e do Consulado Geral da Alemanha em São Paulo.

Para obter diagnósticos de abrangência nacional, distrital e estadual, especialistas analisaram 43 indicadores distribuídos em 13 dimensões e organizados em quatro eixos. Os dados foram coletados ao longo de 18 meses, entre a segunda metade de 2023 e o final de 2024.

Os indicadores utilizados na avaliação estão encaixados em uma escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais consistentes

são as estruturas e, quanto mais próximo de 0, menos estabelecidas elas são.

Após a equipe do instituto atribuir uma nota com base nessa escala, cada estado e o Distrito Federal receberam classificações quanto ao grau de maturidade de cada um dos aspectos avaliados. As gradações foram alto grau de maturidade, médio-alto, médio-baixo e baixo.

Os eixos temáticos foram: inseguranças e violências; gestão, participação e transparência; políticas públicas; e planejamento orçamentário. O primeiro eixo abarca aspectos como insegurança, violações LGBTQIA+ e mortes e agressões.

O relatório sobre o Índice, com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de 2022, mostra que as unidades federativas com mais casos de lesões corporais dolosas cometidas contra pessoas LGBTQIA+ são Pernambuco, Espírito Santo, Ceará, Roraima, Amapá, Minas Gerais e Distrito Federal. O instituto também aproveitou dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Sinan) para listar Acre, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rondônia, Roraima,

Rio Grande do Sul e Goiás como os estados que mais concentram violações com vítimas transexuais.

O relatório também mostra que a maioria dos estados (89%) não cita a comunidade LGBTQIA+ em suas políticas de saúde ao apresentar seu Plano Plurianual de orçamento.

O diretor executivo do Instituto Matizes, Lucas Bulgarelli, diz que é possível relacionar o processo de aprimoramento das políticas públicas a determinada cronologia. Como exemplo, ele cita o Programa Brasil Sem Homofobia, lançado em 2004, pelo governo federal, que para ele foi essencial para fomentar outras dele derivadas. Do mesmo modo, ele cita a escassez de ações implementadas da metade dos anos 2010 até 2022.

“A gente tem um vácuo que pega mais de um governo e representou o fechamento de espaços de participação socioeconômica. Mas, mesmo aqueles que sobreviveram, tiveram muitas dificuldades de conseguir cumprir sua função institucional, de monitorar, propor políticas ou deliberar mesmo sobre elas”, afirma Bulgarelli.

Ele observa que a estruturação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ foi um aceno fundamental do governo Lula para que os estados repliquem a iniciativa em âmbito local.

O diretor da organização também comenta que foi trabalhoso o exercício da equipe de cruzar dados provenientes de diferentes fontes e que, atualmente, ainda há áreas, como a educação, que carecem de informações qualificadas.

“Bases distintas, com metodologias distintas, resultados distintos. O objetivo principal não era só a gente produzir uma pesquisa, mas fazer com que as pesquisas já existentes, que tenham sua fragmentação em âmbito estadual, que era o que a gente precisava, pudessem ser úteis em um conjunto. Isso é algo inédito, que a gente se orgulha muito de ter feito. E a gente também faz um levantamento primário”, diz.

Os resultados completos do Índice de Monitoramento dos Direitos LGBTQIA+ no Brasil pode ser consultado no site do Instituto Matizes. (Agência Brasil)

Secretaria identifica navio que derramou óleo na Baía de Guanabara

A Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) realizaram, na terça-feira (28), vistoria para identificar a origem da grande mancha de óleo que surgiu na Baía de Guanabara. Segundo técnicos da secretaria e do Inea, o óleo vazou do navio-sonda Atlantic Zonda, um perfurador de grande porte, ancorado na altura da praia de Boa Viagem, em Niterói, região metropolitana do Rio.

As multas pelo crime ambiental podem chegar a R\$ 10 milhões. Além do derramamento de óleo no mar, há o agravante de o vazamento não ter sido comunicado ao órgão ambiental estadual. Equipes do Inea já trabalham na dispersão hidromecânica da mancha de óleo. Considerada de médio porte, a mancha já está chegando à praia de Boa Viagem, podendo trazer transtornos aos banhistas.

O secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, Bernardo Rossi disse que, assim que teve conhecimento do

fato, destacou imediatamente equipes para averiguar a origem do vazamento e dar uma resposta imediata à população. “Acionamos também o Plano de Área da Baía de Guanabara, que mobiliza dezenas de empresas e entidades situadas ao redor do corpo hídrico. E seguiremos monitorando a situação junto à empresa responsável e à Marinha do Brasil.”

Olho no Mar

O Inea também localizou um estaleiro em Niterói e uma marina em São Gonçalo derramando óleo na Baía de Guanabara. O programa De Olho no Mar, dos órgãos ambientais estaduais, já identificou e autuou diversos atores cometendo irregularidades na região. O estaleiro e a marina também serão autuados pela fiscalização ambiental.

O programa foi criado para intensificar o monitoramento de irregularidades no transporte aquaviário a empreendimentos licenciados pelo Inea e ações de resposta a manchas de óleo na Baía de Guanabara. (Agência Brasil)

PF apreende arma de Daniel Silveira após determinação de Moraes

A Polícia Federal (PF) apreendeu a arma de fogo utilizada pelo ex-deputado federal Daniel Silveira. A medida foi cumprida na segunda-feira (27) após determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

A pistola Taurus calibre 380 foi apreendida na casa de Silveira, localizada em Petrópolis (RJ). O ex-deputado tem porte de armamento por ser policial militar.

Daniel Silveira voltou para a prisão em dezembro do ano passado após Alexandre de Moraes entender que ele violou medidas cautelares durante o cumprimento do livramento condicional.

Segundo o ministro, o ex-parlamentar descumpriu o prazo que estabelecia o horário das 22h

para recolhimento noturno. A medida foi estabelecida no livramento condicional, benefício que foi revogado por Moraes após o episódio. Segundo o ministro, Daniel Silveira ainda deu entrada em um hospital, sem autorização judicial.

Em 2023, o ex-deputado foi condenado pelo STF a oito anos e nove meses de prisão pelos crimes de tentativa de impedir o livre exercício dos poderes e coação no curso do processo ao proferir ofensas e ameaças contra os ministros da Corte.

Em dezembro de 2024, Moraes autorizou o livramento condicional da pena, mas o benefício foi revogado após o descumprimento das medidas cautelares. (Agência Brasil)

Estado renegocia mais de 56 mil débitos de IPVA em dívida ativa

O Governo do Estado de São Paulo apresenta os resultados do segundo edital do programa Acordo Paulista, voltado à regularização de débitos de pequeno valor inscritos em dívida ativa, incluindo o Imposto Sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA): de outubro a dezembro do último ano, foram renegociados R\$ 96 milhões com os cofres do Estado.

Lançado pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE/SP), o Acordo Paulista incentiva a regularização de dívidas tributárias com o Estado. Após uma primeira fase bem-sucedida com a renegociação de cerca de R\$ 46 bilhões em débitos de ICMS, o programa foi am-

pliado para também atender pessoa física, com foco em débitos de até R\$ 42.432,00, incluindo IPVA e créditos do Tribunal de Justiça (TJSP) e do Tribunal de Contas. (TCE-SP).

“A nova forma de gestão e cobrança da dívida ativa no Estado de São Paulo beneficia a todos os contribuintes, inclusive as pessoas físicas. É com esse propósito que pensamos o edital para os débitos de pequeno valor, especialmente o IPVA”, avalia o subprocurador geral da Procuradoria do Contencioso Tributário-Fiscal, Danilo Barth Pires.

O segundo edital resultou em um impacto social ainda maior. No total foram atendidas mais de 25

mil pessoas físicas, totalizando mais de 56 mil débitos inscritos em dívida ativa, entre pessoas físicas e pessoas jurídicas.

Durante três meses, o programa ofereceu condições favoráveis ao contribuinte, como 100% de desconto em multas e juros e parcelamento em até 60 vezes dos valores em atraso.

Já a terceira fase do Acordo Paulista, lançada em outubro, permite o parcelamento para empresas em recuperação judicial ou falência com débitos de ICMS inscritos em dívida. O terceiro edital segue em aberto até o dia 31 de janeiro com condições especiais que incluem descontos de 100% nos juros, multas e de-

mais acréscimos; parcelamento em até 145 vezes sem entrada, com limite mínimo de parcela de R\$ 500,00; e utilização de créditos acumulados de ICMS e créditos em precatórios, com limite máximo de desconto de 70% do valor total do crédito.

O Acordo Paulista faz parte das medidas do plano SP na Direção Certa, com o objetivo de modernizar a gestão estadual, seguindo eixos como expansão de investimentos, melhoria e efetividade dos gastos e redução de despesas. (Governo de SP)

As adesões ao Acordo Paulista são feitas de forma eletrônica no site: acordopaulista.sp.gov.br.

SP vai selecionar 12 mil estudantes para programa inédito de monitoria

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), vai selecionar 12 mil alunos para atuar como monitores na própria escola onde estão matriculados. Podem participar do programa Aluno Monitor do BEEM (Bolsa Estágio Ensino Médio) estudantes da 3ª série do Ensino Médio. O início da monitoria está previsto para março.

Esses estudantes poderão dar apoio nas disciplinas de orientação de estudos em matemática e língua portuguesa para alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, que estão com dificuldades nesses conteúdos. A monitoria faz parte da nova matriz curricular da rede estadual de São Paulo que começa em fevereiro.

A primeira etapa é a inscrição no período entre 10 e 25 de fevereiro na Secretaria Escolar Digital (SED). Os candidatos devem

ter registrado, obrigatoriamente, frequência escolar superior a 85% no último ano letivo. Para a classificação geral serão consideradas as notas do Saesp e o desempenho na entrevista com a banca examinadora da escola. O resultado final será divulgado até 7 de março e o início da monitoria está previsto para 10 de março.

“Pela primeira vez, o aluno da rede estadual paulista terá duas oportunidades para adquirir experiência profissional antes de terminar a formação do Ensino Médio. Para aqueles que estão no ensino técnico, o governo de São Paulo criou o BEEM (Bolsa Estágio Ensino Médio) em parceria com empresas de diferentes regiões do Estado. Já para quem optou pelos itinerários formativos de exatas e humanas a opção é o novo programa Aluno Monitor do BEEM. Além da vivência em sala de aula, os monitores serão de

muita importância no aprendizado e na melhoria dos índices educacionais da nossa rede”, explicou o secretário da Educação, Renato Feder.

Os monitores poderão cumprir uma carga horária de 8 ou 16 horas semanais, conforme a modalidade da escola (escolas integrais de 7 ou 9 horas diárias e escolas parciais com turnos matutinos ou vespertinos). A carga horária também será influenciada pelos segmentos oferecidos na escola, como ensino médio, ensino fundamental anos finais ou ambos, caso estejam presentes em uma única escola.

A bolsa varia de acordo com a carga horária. Para o regime de 8 horas semanais serão R\$ 296,16 e R\$ 555,03 para o modelo de 16 horas semanais. O período de atuação dos monitores é de 10 meses.

A principal atividade dos monitores é acompanhar grupos

de 12 ou 24 alunos no engajamento e aprendizagem dos conteúdos daquele ano ou série e de alguma defasagem anterior. O estudante deve optar entre o apoio em matemática ou em língua portuguesa. Além das aulas de orientação, as escolas podem organizar grupos de estudos e plantão de dúvidas para completar a carga horária.

A atuação dos monitores será orientada e acompanhada pelo coordenador da escola e pelo professor de orientação de estudos. Indicadores de aprendizagem e de evolução na plataforma Tarefa SP, na Prova Paulista e no simulado Saeb apoiarão o gerenciamento das atividades.

Como parte das exigências para o recebimento da bolsa, os monitores devem enviar um relatório mensal, no qual descrevem as atividades desenvolvidas com seus monitorados ao longo dos semestres. (Governo de SP)

Dólar cai para R\$ 5,86 e fecha no menor nível em dois meses

Em quatro anos, MPT firma 1.728 acordos para combater trabalho escravo

O Ministério Público do Trabalho (MPT) firmou, ao longo dos últimos quatro anos, 1.728 termos de ajuste de conduta (TAC) para combater o trabalho escravo e o tráfico de pessoas, além de garantir direitos de trabalhadores resgatados. A instituição informou que, no mesmo período, ajuizou ainda 360 ações civis públicas sobre o tema.

Apenas em 2024, o MPT firmou 478 TACs resultantes da participação em forças-tarefas, do encerramento de inquéritos civis ou de acordos em ações civis públicas. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego mostram que, no ano passado, mais de dois mil trabalhadores submetidos a condições degradantes foram resgatados.

Operação Resgate

Em nota, o MPT destacou a Operação Resgate IV, realizada

entre julho e agosto de 2024, que retirou 593 trabalhadores de condições de trabalho escravo contemporâneo. O número é 11,65% maior que o total de resgatados da operação realizada em 2023, quando 532 trabalhadores foram resgatados.

Ao todo, mais de 23 equipes de fiscalização participaram de 130 inspeções em 15 estados e no Distrito Federal.

“Essa ação conjunta de combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas no Brasil é resultado do esforço de seis instituições: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU), Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF)”, finalizou o comunicado. (Agência Brasil)

Em mais um dia de alívio no mercado financeiro, o dólar caiu para abaixo de R\$ 5,90 e fechou no menor nível em dois meses. A bolsa de valores chegou a abrir estável, mas caiu puxada por mineradoras e por investidores que venderam papéis para embolsar lucros recentes.

O dólar comercial encerrou a terça-feira (28) vendido a R\$ 5,869, com queda de R\$ 0,043 (-0,73%). A cotação iniciou o dia

em torno de R\$ 5,91, mas caiu após a abertura dos mercados norte-americanos. Na mínima do dia, por volta das 14h15, chegou a R\$ 5,85.

A cotação está no menor valor desde 26 de novembro. Em 2025, a divisa acumula queda de 5,02%.

O mercado de ações teve um dia mais tenso. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 124.055, com queda de 0,65%. O indicador caiu por dois motivos. O pri-

meiro é o baixo preço do minério de ferro, que fez cair ações de mineradoras. O segundo foi a realização de lucros, com investidores vendendo papéis que se valorizaram na segunda-feira (27), quando a bolsa tinha fechado no maior nível em 45 dias.

Em relação ao câmbio, tanto fatores internos como externos contribuíram para a queda do dólar. No cenário externo, o atraso na adoção de medidas de ele-

vação de tarifas comerciais pelo governo do novo presidente norte-americano, Donald Trump, voltou a contribuir para o sétimo dia seguido de recuo do dólar.

No cenário interno, a divulgação de que a arrecadação federal em 2024 bateu recorde e ajudou a aliviar os investidores. No ano passado, o governo federal arrecadou R\$ 2,65 trilhões, com alta de 9,6% acima da inflação em relação a 2023. (Agência Brasil)

Uma a cada três crianças tem perfil aberto em redes, alerta pesquisa

Aos 12 anos, a menina não tira os olhos das interações que chegam pela janelinha que carrega nas mãos. Para ficar feliz, basta o telefone celular vibrar com alguma interação ou novo seguidor. É por isso que a garota, que mora em São Paulo (SP), mesmo tão jovem, deixou o perfil aberto em redes como Instagram e Snapchat.

Isso quer dizer que não é necessária autorização para que qualquer pessoa possa visualizar as postagens dela. Esse comportamento da menina, que é à revelia da família, deixa a mãe, a publicitária Suzana Oliveira, de 41, muito preocupada.

Um levantamento da empresa Unico, especializada em identidade digital, e do Instituto de Pesquisas Locomotiva, divulgada na terça (28), Dia Internacional da Proteção de Dados, mostra que o caso dessa menina está longe de ser uma raridade. Segundo a pesquisa, pelo menos uma a cada três contas atribuídas a crianças e adolescentes de 7 a 17 anos de idade em redes sociais no Brasil têm perfil “totalmente aberto”.

A pesquisa divulgada pelas entidades foi realizada com a participação de 2.006 responsáveis por crianças e adolescentes em todo o Brasil. O levantamento ocorreu entre os dias 9 e 24 de outubro de 2024, com uma margem de erro de 2,2 pontos percentuais.

“Sem controle”

Entre outros dados que deixam as famílias em alerta é que quase metade (47%) desse público não controla os seguidores nas redes sociais (jovens que adicionam qualquer pessoa à conta e interagem com desconhecidos). Isso tem tirado o sono de Suzana, a mãe da criança paulistana.

Ela diz que tem monitorado, via aplicativo, as ações da filha e que restringe o tempo na frente da tela pequena. Só que a pressão tem sido motivo de longos embates e estresse dentro de casa.



Foto: Joedison Alves/ABR

“O hábito no celular gerou crises de ansiedade, choro e mau humor. Minha filha pratica atividades esportivas com regularidade, mas, mesmo assim, as redes sociais têm provocado danos à saúde dela”, conta a mãe.

Para a diretora de proteção de dados da Unico, Diana Troper, o percentual de crianças com perfil aberto é assustador: “essas informações que estão publicamente acessíveis ou com facilidade de acesso são de pessoas mais vulneráveis e utilizadas para cometimento de novos crimes e fraudes”, afirma a especialista.

O levantamento revela, por exemplo, que 89% dos pais e mães acreditam estar preparados para garantir a privacidade de dados, mas 73% desconhecem ações que podem provocar vazamentos. O cenário, conforme contextualiza a pesquisa, é que 75% das crianças e adolescentes brasileiros têm um perfil próprio em alguma rede social.

Ainda sobre o comportamento, 61% dos filhos das pessoas que responderam a pesquisa têm práticas de exposição, como compartilhar fotos pessoais e de familiares, marcar localizações e identificar membros da família nas plataformas.

Essa exposição inclui postar fotos em ambientes que frequentam (40% dos pesquisados) e até usando uniforme ou marcando a

escola que frequentam (33%).

Diana Troper adverte que, segundo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), as informações disponibilizadas em perfis abertos ao público não deveriam ser coletadas sem que sejam observadas as devidas bases legais, o que incluiria a necessidade do consentimento dos usuários.

“Sabemos que fotos e informações como locais frequentados compartilhados nas redes podem criar um mapa de vulnerabilidades, que pode ser explorado por fraudadores e pessoas mal-intencionadas”, afirma.

A maioria dos pais e responsáveis por menores de idade (86%), de acordo com as respostas, concordam que devem educar os filhos sobre a proteção de dados para evitar problemas futuros. Mas 73% deles desconhecem os riscos de ações que podem ocasionar vazamento de dados.

Entenda os riscos

Os riscos, segundo os organizadores da pesquisa, incluem abrir links ou anexos de e-mails sem confirmar a procedência, utilizar computadores públicos ou compartilhados, usar redes públicas de wi-fi, repetir as mesmas senhas em várias contas, baixar e instalar aplicativos de origem duvidosa no celular e utilizar as informações dos cartões de cré-

ditos físicos em sites e aplicativos (ao invés de gerar cartões virtuais temporários).

“A conscientização e a educação digital são os pilares para proteger as futuras gerações no ambiente online”, diz Diana Troper. Por isso, ela recomenda que as contas tenham perfis fechados para evitar exposições que podem ser perigosas.

Receio

Na casa da brasileira Keila Santana, de 47 anos, nada de perfil aberto. O comportamento de Pedro, de 13 anos, é acompanhado de perto pela mãe e ele só pode navegar nas redes duas horas por dia. As redes sociais, ele só utiliza para conversar com os amigos. Sem postagens.

O menino fica de olho também no que a irmã caçula, Clara, de 10, faz com o celular. “Eu cuido também dela”, garante o menino. A mãe considera esse acompanhamento um desafio.

Ela se preocupa, especialmente, com os conteúdos que podem chegar até eles, incluindo a reprodução de padrões estéticos, que pode gerar ansiedade, por exemplo.

Outra brasileira, Luciana Alencar, de 43 anos, diz que se preocupa também com os dois filhos meninos e o sem-número de informações que eles recebem.

“O que eu tenho muito medo é, além deles receberem conteúdos de misoginia, homofobia, entre preconceitos de raça e gênero de todos os tipos, eles se tornarem replicadores dessas informações”.

A família os educa para não reproduzir discursos preconceituosos. “Minha luta é para que isso não aconteça. É muito difícil vencer uma luta quando você não sabe nem com quem você está guerreando, porque são muitos caminhos que chegam”.

Ian, o mais velho, garante que a mãe pode ficar tranquila: ele pretende ficar menos tempo nas redes sociais, e mais tempo jogando bola e conversando com os amigos. Perfil aberto só presencialmente. (Agência Brasil)

STF deve analisar uso da Lei da Anistia no caso Rubens Paiva, diz PGR

A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu na terça-feira (28) que o Supremo Tribunal Federal (STF) analise a legalidade da aplicação da Lei da Anistia no caso dos cinco militares acusados pela morte do ex-deputado federal Rubens Paiva, durante o período da ditadura no Brasil.

A PGR busca revisar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que suspendeu o processo criminal contra cinco militares com base na Lei de Anistia.

De acordo com a procuradoria, José Antônio Nogueira Belham, Rubens Paim Sampaio, Raymond Ronaldo Campos, Jurandy Ochsendorf e Jacy Ochsendorf são acusados de envolvimento na morte de Rubens Paiva, em janeiro de 1971, nas dependências do Destacamento de Operações de Informações do Exército, no Rio de Janeiro.

No documento enviado ao Supremo, a subprocuradora Maria Caetana Cintra Santos disse que o entendimento jurídico internacional sobre a questão definiu que a legislação brasileira de anistia não pode ser aplicada em casos de graves violações de direitos humanos.

A subprocuradora citou a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH),

que, em 2010, determinou que a Lei de Anistia não pode ser aplicada no caso da Guerrilha do Araguaia.

No entendimento de Maria Caetana, o caso de Rubens Paiva é análogo ao processo julgado pela CIDH.

“O crime de ocultação de cadáver, imputado aos denunciados na ação penal originária, não seria suscetível da anistia instituída na Lei 6.683/1979 (Lei de Anistia), tendo em vista seu caráter de permanência porquanto nunca se revelou o paradeiro do corpo, impedindo, assim, a consumação do lapso temporal prescricional e o consequente transcurso da ação penal”, diz o parecer.

Os militares reformados buscam arquivar a ação penal na qual eles respondem pela acusação de participação no desaparecimento e na ocultação do corpo de Rubens Paiva. De acordo com as defesas, os acusados não podem ser punidos por causa da Lei de Anistia, cuja abrangência, segundo eles, alcança os crimes cometidos durante o período da ditadura no Brasil.

Não há prazo para o Supremo decidir sobre a questão. O relator do processo é o ministro Alexandre de Moraes. (Agência Brasil)

DER-SP reduz mais de 1,5 mil cargos e prevê economia de R\$ 13 milhões com reforma administrativa

A reforma administrativa conduzida pelo Governo de São Paulo chegou ao DER-SP (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) com força total. A reestruturação estabelecida no plano São Paulo na Direção Certa resultou na extinção de 1.578 cargos e 510 funções, reduzindo em 74,8% os cargos em comissão e 61,6% as funções de confiança em todo o departamento. A economia deve ser superior a R\$ 13 milhões por ano em custos com pessoal aos cofres públicos.

Além de reduzir despesas correntes, assegurando o uso eficiente dos recursos estadu-

ais, a medida tem foco na modernização dos processos internos, de maneira a fortalecer a governança para agilizar e tornar mais eficiente o atendimento à população. Entre os resultados esperados está a expansão de investimentos e a efetividade dos gastos públicos.

O decreto também alterou a hierarquia que era utilizada até então, padronizando os níveis e nomenclaturas de cargos, seguidas por todos os órgãos do Estado, conforme determinado pelo Decreto Estadual nº 68.742/2024, alterado pelo Decreto Estadual nº 69.286/2024. (Governo de SP)

As duas principais travessias litorâneas em volume de demanda registraram uma redução significativa no tempo máximo de embarque durante o verão. De acordo com dados do Departamento Hidroviário (DH), vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (Semil), entre 15 de dezembro de 2024 e a segunda quinzena de janeiro de 2025, período de alta demanda da Operação Verão, os números são expressivos.

Na travessia Santos/Guarujá, que lidera em volume de demanda no litoral paulista, o tempo máximo de espera para embarque caiu 52% em relação ao mesmo período da temporada anterior (2023/2024).

Já na travessia São Sebastião/Ilhabela, houve um aumento de 15% no volume de passageiros e veículos em comparação ao mesmo período do ano passado.

Apesar do aumento na demanda, o tempo máximo de embarque foi reduzido em 7%, garantindo um deslocamento mais ágil e otimizando a experiência de quem utiliza o serviço diariamente.

No mesmo período analisado, mais de 2 milhões de usuários utilizaram os serviços das oito travessias, registrando um volume diário médio (VDM) superior a 58 mil passageiros.

Entre as iniciativas adotadas por meio do DH para contribuir na eficiência do serviço, estão o aumento de colaboradores dedicados à manutenção preventiva e corretiva das embarcações, a ampliação do estoque de peças, motores e reversores reservas, além do apoio ao trânsito na gestão de filas.

“Essas estratégias operacionais garantem maior agilidade para os usuários e eficiência na operação. O objetivo é reduzir o tempo de inatividade das balsas durante as manutenções, minimi-

zar os impactos causados por eventuais paradas e garantir um serviço mais ágil no período de alta demanda. Queremos assegurar cada vez mais rapidez e qualidade no atendimento aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente”, destaca o diretor técnico do DH, Agnaldo de Almeida Jr.

Para reduzir o tempo de espera nas filas, foram mobilizadas equipes especializadas, como mergulhadores e profissionais de usinagem, para atender demandas emergenciais. Os mergulhadores, por exemplo, fazem reparos diretamente na água, eliminando a necessidade de docagem das embarcações. Já os profissionais de usinagem são capacitados para fabricar peças específicas de forma ágil, permitindo a rápida manutenção dos equipamentos.

Além disso, o abastecimento e higienização das embarcações passaram a ser realizados em ho-

rários de menor movimento. Essas ações asseguram condições adequadas de operação e conforto aos usuários.

Outro destaque é a ampliação do estoque de peças essenciais para embarcações que operam 24 horas por dia. Durante o período de alta temporada, itens como correias, bombas de óleo e de água, hélices, filtros, motores e reversores ficam disponíveis para substituição imediata, se necessário. Essas manutenções serão programadas para horários de menor fluxo, para evitar interrupções no serviço.

O plano da Operação Verão, que segue até o final do Carnaval, reforça o compromisso do governo de São Paulo em atender moradores e turistas com mais segurança e eficiência. Desde o início da gestão, já foram investidos mais de R\$ 200 milhões nas travessias litorâneas do estado. (Governo de SP)